

Portugal e a 1.ª Guerra Mundial

Coronel da Força Aérea Luís Alves de Fraga

Resumo

Em poucas palavras pretende dar-se uma breve panorâmica da história da entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial, de modo a permitir que uma audiência pouco esclarecida, principalmente formada por alunos do ensino secundário, apreenda rapidamente toda a complexa problemática da beligerância nacional, focando aspectos que, por norma, ficam esquecidos quando se fala de tal facto.

Fazer, em cerca de cinco páginas, a descrição do que se passou em quatro anos de vida política e militar portuguesa conduz, necessariamente, a uma generalização excessiva que só permite destacar alguns aspectos, deixando que outros, se calhar de igual importância, fiquem olvidados por mera opção.

Tenta-se dar realce a um aspecto declaradamente importante: a participação na guerra não resultou de um só factor, mas de um conjunto que se interliga de forma geométrica e dialéctica. Destaca-se a importância de ter combatido nas trincheiras em França muito ao contrário da opinião de uma larga maioria que preferia combater em África, defendendo as colónias de uma possível invasão alemã. Esta era uma visão distorcida por incapacidade de perceber que o futuro se decidia na frente ocidental europeia, deixando que os restantes teatros de operações fossem meras diversões para desgaste de tropas que poderiam vir a ser usadas na Europa.

Explica-se linearmente o que foram as acções de guerra em França e como acabou o esforço militar português. Faz-se um pequeno e breve balanço da entrada na guerra.

Portugal e a 1.^a Guerra Mundial

Coronel da Força Aérea Luís Alves de Fraga

A participação de Portugal na 1.^a Guerra Mundial não foi uma consequência imediata da aliança luso-britânica e não ocorreu no início do conflito, antes pelo contrário: o Governo de Londres solicitou, logo em Agosto de 1914, que Lisboa se declarasse «não beligerante e não neutral». Assim, pode afirmar-se hoje, com toda a segurança, que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, resultou essencialmente de uma manobra da diplomacia portuguesa para servir simultaneamente objectivos nacionais de ordem externa e interna. Quanto aos primeiros, podemos identificar: a necessidade de garantir a manutenção dos territórios ultramarinos, em especial os africanos; o desejo de assegurar a independência na península ibérica; a intenção de reduzir a dependência político-diplomática relativamente à Inglaterra. Quanto aos segundos reconhece-se: a necessidade de, por um lado, gerar coesão nacional e consolidar o regime republicano recentemente proclamado e, por outro, limitar, dentro do possível, a crise económica, em especial alimentar, conseguindo, até, um aumento da produção e exportação de certos produtos.

Uma das polémicas que mais dividiu a sociedade portuguesa desde o início da Guerra e logo desde o momento em que o Partido Republicano Português (vulgo *Partido Democrático*) definiu como objectivo fundamental para a Nação a beligerância activa, foi a zona de intervenção das tropas. Os partidos republicanos conservadores e largos sectores de opinião pública, desejando seguir a sugestão do *Foreign Office*, o mais que aceitavam, se de todo em todo se tivesse de mudar o estatuto internacional, era a beligerância em África; os *Democráticos*, outros sectores mais radicais e, até, o ex-monarca D. Manuel II, opinavam que, sem desprezar as operações militares nos teatros africanos, Portugal deveria empenhar-se, vivamente, na luta que se desenvolvia na Europa. A razão para esta escolha era simples: só o resultado da guerra no Velho Continente é que decidiria a geografia europeia e africana, por isso só o empenhamento neste teatro seria determinante.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal foi conseguida na sequência de uma acção arrogante e provocatória do Governo de Lisboa. Com efeito, depois de uma série de manobras diplomáticas do Gabinete chefiado por Afonso Costa, um *democrático*, Londres solicitou, ao abrigo da Aliança, que o Governo da República requisitasse as quase seis dezenas de navios

alemães e austríacos surtos em portos nacionais desde o começo da Guerra. Forças da Armada Portuguesa, na imediata sequência do Decreto que autorizava a requisição, tomaram de assalto as embarcações germânicas surtas no Tejo e saudaram o acto com uma salva de vinte e um tiros de canhão. Nada poderia ter ferido mais o orgulho do Governo do Kaiser.

Por razões meramente metodológicas pode dividir-se o esforço militar português, durante a 1.^a Guerra Mundial, em períodos distintos: o *africano* anterior à beligerância, o *africano* e o *européu* durante a beligerância.

Com efeito, entre o Verão de 1914 e o começo da Primavera de 1916, desenvolveram-se no Sul de Angola importantes operações militares de pacificação das tribos indígenas revoltadas contra a soberania portuguesa pela acção dos alemães da colónia da Damaralândia (actual Namíbia) contígua ao território angolano. A revolta inseria-se no projecto de ocupação do Sul da colónia portuguesa pelos alemães, tendo estes aproveitado um incidente ocorrido em Naulila, em 1914, para darem início às acções de instabilidade interna.

Também antes de declarada a beligerância portuguesa, em Moçambique, houve incidentes militares na fronteira Norte, junto ao Rovuma, tendo começado, logo a 24 de Agosto de 1914, com um ataque ao posto de Maziú. Contudo, a situação naquela colónia, antes de Março de 1916 nunca atingiu proporções conflituais semelhantes às de Angola, quer no tocante aos indígenas, quer no que respeita a confrontos com os alemães.

Depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal já a campanha do Sul de Angola estava praticamente resolvida, porque, a 12 de Julho de 1915, as forças militares germânicas da Damaralândia haviam-se rendido ao General Botha, da África do Sul. O esforço português manteve-se até ao começo de Setembro desse ano, altura em que foi dada como pacificada toda a região. No entanto, com a mudança de estatuto internacional, o Governo de Lisboa entendeu que, no Norte de Moçambique, as poucas e desorganizadas forças militares nacionais atacassem o chamado *triângulo de Quionga* na margem direita da foz do Rovuma, por se tratar de um território tradicionalmente português que, em 1894, havia sido ocupado por ordem do Governador Geral da colónia designada por África Oriental Alemã (actual Tanzânia). Deu-se assim início a uma campanha sem brilho nem glória, desenvolvida à volta das margens do rio Rovuma, entre os anos de 1916 e 1917. No final deste último, o comandante das forças alemãs, para fugir à pressão que a Norte e a Oeste exerciam os britânicos e os belgas, invadiu Moçambique conseguindo chegar à proximidades de Quelimane. Desta zona foi recuando até que entrou de novo na África Oriental Alemã e passou ao Norte da Rodésia do Norte (actual Zâmbia) onde foi surpreendido pelo Armistício.

Pese embora todo o conjunto de acções bélicas em África, o grande esforço militar português durante a 1.^a Guerra Mundial foi feito no teatro de operações da Europa, mais concretamente na frente ocidental, num pequeno troço de trincheiras — cerca de doze quilómetros — entre Armantière e Béthune, na Flandres Francesa.

As primeiras tropas chegaram a Brest em Janeiro de 1917 e começaram a entrar nas linhas em Abril do mesmo ano. O Corpo Expedicionário Português (CEP), com comando próprio, composto por duas Divisões de Infantaria (com quatro Brigadas cada uma) integrou-se no 1.º Exército Britânico, ficando-lhe taticamente subordinado. Além desta grande unidade foi, também, criado o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) que, em especial durante o ano de 1917, colaborou intimamente com a Artilharia francesa.

Devido às condições do terreno — plano e alagadiço, incapaz de suportar escavações profundas — as trincheiras do Sector Português, onde se instalou o dispositivo do CEP, não apresentavam capacidade para suportar, dando protecção aos homens, grandes e prolongados bombardeamentos de artilharia ao mesmo tempo que não permitiam a construção de abrigos que possibilitassem algum mínimo repouso nos intervalos do serviço de vigilância.

Foram várias as situações de confronto mais directo e empenhado dos portugueses e alemães. Na época, a esses recontros entre tropas de Infantaria dava-se o nome de *raids* — que, em regra, não excediam, nos casos mais vultosos, os efectivos de um Batalhão (320 a 350 homens). Entre Abril e Dezembro de 1917 houve cinco *raids* nas linhas portuguesas: quatro de iniciativa alemã e um só de iniciativa nacional. No ano de 1918, entre Janeiro e os primeiros dias de Abril houve seis *raids*, sendo quatro conduzidos pelos alemães e dois pelos portugueses. Para além destes combates ocorreram várias escaramuças entre pequenos contingentes: em 1917, doze, e em 1918, até Abril, oito. Neste conjunto de operações houve 764 baixas entre os portugueses das quais cerca de duas centenas foi de prisioneiros.

A prova máxima para as tropas portuguesas deu-se a 9 de Abril de 1918, quando o Comando Alemão determinou que fosse lançada uma grande ofensiva sobre as linhas aliadas, incidindo todo o esforço inicial sobre o Sector Português. Foi o começo da chamada Batalha do Lys (nome do rio que banha a região).

Após um ano em actividade de combate a Infantaria portuguesa estava exausta, especialmente porque, depois de Dezembro de 1917 — data da revolução que levou ao poder Sidónio Pais — não mais chegaram reforços ao CEP e, pelo contrário, foi-se permitindo que, quem viesse a Portugal de licença, por cá ficasse. Em consequência desse estado de coisas e de um acordo que o Governo Português havia aceitado estabelecer com a Grã-Bretanha, nas vésperas da Batalha do Lys foi determinado que uma das duas Divisões seguisse para a retaguarda — acabando-se com

o Corpo de Exército Português — e a outra, a 2.^a, ficasse subordinada a um comando britânico. Foi, por conseguinte, sobre uma única Divisão, ocupando o mesmo espaço nas trincheiras, que caiu o ataque germânico, às 4H20 do dia 9 de Abril. Depois de um ataque cerrado de artilharia — 1.500 bocas de fogo sobre uma frente de cerca de 15 Km — e de manter a fraca resistência sujeita à acção das metralhadoras pesadas, ao fim da manhã o Sector Português deixara de existir.

A partir de então, o que restou do CEP ficou plenamente subordinado ao Comando Britânico passando os soldados da Infantaria Portuguesa a ser utilizados como meros trabalhadores de enxada e picareta, tendo como missão a reparação das trincheiras inglesas, das estradas e dos aeródromos. Só já no final, em Outubro de 1918, um grupo de oficiais (Augusto Casimiro, Ferreira do Amaral, Helder Ribeiro e poucos mais) conseguiu que o General Garcia Rosado, então, Comandante do CEP, pressionasse o Comando Britânico no sentido de ser aceite a reorganização de algumas unidades de combate. Com grande dificuldade e depois de uma série de revoltas foi possível pôr em condições de avançarem para a frente somente três Batalhões.

Apesar de tudo, e tendo em conta que a beligerância portuguesa foi um acto que pretendia efeitos políticos nacionais e internacionais, o balanço final da participação de Portugal na 1.^a Guerra Mundial pode considerar-se positivo.

Abrantes, 3 de Novembro de 2004

